

# CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



**Ata da Reunião de 30 / 11 / 2021**

---

---

**Ata n.º 24 destinada a:**

---

---

---



CC  
NDD  
→

**ATA N.º 24**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e um, no Salão da Junta de Freguesia de Landeira, reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

**PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS**

**VICE-PRESIDENTE VALENTINO SALGADO CUNHA**

**VEREADORES RICARDO MANUEL COELHO VIDEIRA**  
**TIAGO ANDRÉ HORTELÃO ALDEIAS**  
**LUÍS FILIPE LARANJO MATIAS**

A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica Helena Alcácer.

**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

**1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**INFORMAÇÕES**

Tomou a palavra o **Presidente**, apresentando um pedido de desculpas ao Vereador Ricardo Videira, por um acontecimento na reunião de Câmara anterior, pois no encerramento de um ponto, pretendia fazer um aparte e acabou por fazê-lo com o microfone ligado. Acabou por fazer uma intervenção e não passar a palavra ao referido Vereador, algo que deveria ter feito e por essa razão apresenta as suas desculpas, pois não custa reconhecer os erros cometidos. Informa que no dia 17 de novembro esteve presente na entrega de prémios do Corta Mato de Desporto Escolar, no dia 18 participou na Presidência Aberta nas localidades de Piçarras, Landeira e Bombel e no dia 23 participou na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC. No dia 24 esteve presente no hastear das bandeiras Eco-Escolas, na Escola Secundária de Vendas Novas, na EB n.º 1, no Centro Educativo e na Escola Básica dos Campos da Misericórdia, no dia 25 esteve presente em diversas iniciativas, nomeadamente, na cerimónia de Abertura da Conferência Projeto Transforma, projeto de inclusão pela Cultura, que se realizou na CCDRA, esteve presente na Associação "Ser Mulher", em Évora, onde participou



na cerimónia de assinatura de um protocolo com a CPCJ e a Câmara Municipal de Évora, de uma Associação que em Vendas Novas faz o acompanhamento das vítimas de violência doméstica e agora também das crianças, que passaram a ser classificadas como vítimas de violência doméstica. Ainda no mesmo dia, participou na Presidência Aberta na Afeiteira e nos Foros dos Infantes, no dia 26 participou igualmente em várias iniciativas, designadamente, na Assembleia Geral da GESAMB, na Assembleia Intermunicipal da AMGAP, onde foi reeleito como Presidente do Conselho Executivo da referida Associação de Municípios. Ainda no dia 26 esteve presente na apresentação do livro do General Rovisco Duarte e na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas. No dia 27 esteve presente no concerto comemorativo do XII aniversário da Associação "Coral Notas Livres", na Capela Real e, no dia 30, esteve presente no hastear da Bandeira Eco-Escolas, na Escola Básica de Landeira.

Interveio o **Vice-Presidente**, referindo que no dia 18 de novembro visitou o Centro Educativo, mais concretamente a parte do 1.º ciclo e da cantina, no dia 19 visitou o Jardim de Infância da Afeiteira, a funcionar atualmente nos Campos da Rainha, bem como o edifício conhecido como os Salesianos, ou seja, a Paroquia de São Domingos Sávio, com o Diretor Nacional Adjunto do SEF e representantes do Serviço Jesuíta aos Refugiados e no dia 22 reuniu com a Associação Entre Patas. No dia 23 visitou a Extensão do Centro Educativo, bem como a sua cantina, no dia 24 participou no Seminário QI – Qualificar para Inovar e no dia 25 participou numa reunião sobre a Estratégia Local de Habitação com as IPSS do Concelho, Junta de Vendas Novas e outras entidades relevantes, nomeadamente a Segurança Social. Ainda no dia 25 participou na Presidência Aberta nos Campos da Rainha, no dia 26 participou numa visita ao canil municipal e esteve presente na sessão da Assembleia Municipal e no dia 30 esteve presente no hastear da Bandeira Eco-Escolas, na Escola Básica de Landeira.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, dando conhecimento que participou na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no dia 26 de novembro.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, referindo que a CDU se fez representar nas iniciativas realizadas pelo Município, assim como faz todos os dias, nas escolas, nos locais de trabalho e na vida das populações de Vendas Novas e no dia 26 esteve presente na sessão da Assembleia Municipal.

O **Vereador Luís Matias** informa que esteve presente, no dia 26 de novembro, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no Auditório Municipal.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, registando a intervenção do Presidente, relativamente à situação ocorrida na reunião da Câmara Municipal do dia 16 de novembro. Refere que na referida reunião, no decorrer de um debate um pouco mais "encalorado", em



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'L' and 'M'.

relação ao tema e às respostas que o Município tem capacidade de dar ao nível social e particularmente em situações de emergência, o Presidente, de uma forma um pouco intempestiva, questionou-o a si e provocou-o, relativamente à sua disponibilidade, ou dos Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro, para assumir pelouros na Câmara Municipal. Na interpretação dos Vereadores da referida coligação, tratou-se de uma provocação desnecessária, um tema que não constava da ordem do dia e ainda por cima, não permitiu que os Vereadores respondessem, ainda por mais numa reunião que é pública e na qual os Vereadores se encontram no exercício das suas responsabilidades, enquanto políticos e enquanto autarcas. Considera tratar-se de uma situação grave, que tirou o foco do debate que precedeu a referida atitude, que eram as fragilidades e as necessidades de melhorar os apoios sociais, ao nível do Concelho e, em paralelo, ajudou a "semear" algumas dúvidas sobre a aceitação ou não de pelouros, por parte dos Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro. Parece-lhe importante esclarecer em público, pois já o tinham feito em privado, a razão de não terem aceitado pelouros na Câmara Municipal até ao momento. Informa que o entendimento que os Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro têm é que quem ganha deve governar e tem o direito de implementar o seu projeto, porque foi o que teve o maior número de eleitores a confiar no mesmo. Afirma que o projeto que os Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro apresentaram, teria um rumo totalmente diferente para o Concelho de Vendas Novas, uma outra visão, um outro foco e um conjunto de protagonistas diferente. Respeitam a vontade dos eleitores e assumem o seu papel na oposição e não aceitam executar um programa e uma liderança que não são seus, mas sim do Partido Socialista, os quais respeitam, mas no qual não se reveem em termos de liderança. Refere que estão naturalmente disponíveis, como estiveram até ao momento, para viabilizar e negociar, caso a caso, aquilo que for vantajoso para o Município e para os cidadãos vendasnovenses. Afirma que a prova disso é a forma como têm estado dispostos a negociar todos os pontos, e alguns deles, mesmo não concordando, têm-se absterido, a bem daquilo que é a governação do Município de Vendas Novas e o exemplo foi dado precisamente na reunião do dia 16 de novembro, quando se absteram na aplicação de taxas e impostos no Município de Vendas Novas, quando, como é sabido, no seu programa eleitoral estão previstas a redução gradual dessas mesmas taxas e impostos. Dito isto, considera que importa também dizer que a Coligação Vendas Novas Primeiro foi a segunda força política mais votada nesta eleição autárquica e a democracia também impõe que exista oposição, divergência e debate, considerando que isso será profícuo e vantajoso para Vendas Novas, particularmente quando duas forças políticas mais votadas, se apresentam com projetos alternativos e que as pessoas podem olhar como distintos e alternativas diferentes, em termos de governação. Refere ainda



que em período eleitoral, foi claro e foi até uma observação do Vice-Presidente, daquele que é o papel do PSD e do CDS, posteriormente, enquanto autarcas na governação, tendo feito quase que um voto à esquerda, para quem não concordava com o Partido Socialista, que a oposição à esquerda era mais confiável do que a oposição à direita. Afirma que respeitam esse ponto de vista, mas naturalmente não se esquecem do mesmo quando depois se fala de negociação, confiança e de constituição de um projeto. Por fim, refere que a postura que o Presidente assumiu na referida reunião, de alguma forma, pouco refletiva, é também o reflexo de uma das preocupações dos Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro, para assumir pelouros num executivo liderado pelo Presidente e, por esse mesmo motivo, mantêm a opinião de não aceitar pelouros. Desejam que, a bem de Vendas Novas, no futuro, o Presidente consiga rever e corrigir os referidos posicionamentos e garantir aquilo que se impõe verdadeiramente a um Presidente de Câmara, que governa em minoria, que é uma governação diferente daquela a que está habituado até ao momento, que é o respeito pela oposição, o equilíbrio, a capacidade de negociar e de promover entendimentos e sobretudo para defender o supra interesse na nossa comunidade.

Para encerrar o assunto, o **Presidente** refere que não se pode confundir um "aparte", que devia ter saído em *off* e que por lapso saiu com o microfone ligado, com uma postura ou conduta de negociação que têm tido de abertura total com o PSD e com a CDU, negociando e analisando cada ponto antes das reuniões de Câmara e tendo a noção precisa de que, em conjunto, criarão soluções para o Concelho.

Tomou a palavra o **Vereador Tiago Aldeias**, apresentando um documento sobre o Freguesia de Landeira, referindo que: "Passados 37 anos da criação da Freguesia de Landeira, por iniciativa do Partido Comunista Português na Assembleia da República esta é hoje uma freguesia que, incluindo no seu território a Landeira e Nicolaus, se apresenta à população com um património de equipamentos construídos por responsabilidade municipal de grande riqueza. Ainda assim muito falta a estas gentes. A ausência de respostas dos governos e a incapacidade de reivindicação dos autarcas em maioria na Freguesia desde 2009 e na Câmara desde 2013 veio provocar uma falta de respostas nas áreas da saúde, dos apoios sociais e dos serviços que são lamentáveis. Começamos pelo serviço de correios assumido pela Junta de Freguesia com a boa vontade de dar resposta aos problemas das populações, mas com incapacidade de resolver um problema criado pelo governo ao privatizar este serviço postal essencial sobretudo a quem vive em zonas rurais, tendo nós hoje, a Junta de Freguesia a financiar os lucros de uma empresa privada.

Segue-se o posto médico, incapaz de dar resposta às necessidades dos locais, muitas vezes sem médico ou sem apoio administrativo e vice-versa, assim sucessivamente, numa prática



de vira o disco e toca o mesmo sem que a população da freguesia tenha acesso a serviços de saúde nas condições mínimas aceitáveis.

E por aqui não ficamos...

Na área social faltam respostas aos idosos que acabam a ter de recorrer a lares ou centros de dia em concelhos vizinhos, ficando mais longe das suas casas e do apoio dos familiares. Mas a música continua, pois após a CDU ter deixado um conjunto de equipamentos em todas estas áreas ao serviço das populações, o Partido Socialista sobretudo após 2013 o que faz é cortar fitas de letras bonitas e brincar com o povo, sendo incapaz de aqui como no resto do concelho apoiar ou dinamizar práticas desportivas, indo gerindo o apoio ao associativismo conforme a música das suas políticas eleitorais, sem sequer ser capaz de recolocar os sinais de trânsito que retira para reparar e acabam por não voltar.

Chegamos aqui hoje 8 anos depois para comemorar o PS não ter feito nada diferente do que qualquer associação de festas faria nesta mesma terra. Obrigado por terem inaugurado a ETAR, obra lançada pela CDU aqui nesta mesma sala em fevereiro de 2013, mas que depois de os senhores terem cortado a fita continua sem dar resposta às pessoas que vivem nos Nicolaus. Estas mesmas populações que ainda há menos de um ano ficaram sem o despejo das fossas sépticas supostamente por a cisterna (equipamento para o serviço) estar avariada, quando no estaleiro da câmara estão mais duas, provavelmente também elas avariadas, por falta de vontade, por má gestão, ou por paixão pela privatização dos serviços operacionais. E terminamos com mais, terminamos com água, aquela que tanta falta nos faz e os senhores tanta meteram, umas vezes por incapacidade outras por falta de vontade, a mesma água que não chega aos Nicolaus em dias tantos que ao abrir a torneira as populações desta localidade não a têm.

Esperemos que hoje a realização aqui desta reunião por iniciativa da CDU valorize o Poder Local Democrático próximo das populações e nos sirva a todos para pensar mais nas populações da nossa terra e menos na manutenção no poder pelo poder.

Viva a Freguesia de Landeira e Parabéns pelo 37º Aniversário!"

O **Presidente** pede desculpa, mas a bem da verdade e da democracia, não pode deixar de repor a veracidade face à declaração lida pelo Vereador Tiago Aldeias. Em primeiro lugar, refere que não se recorda dos eleitos do Partido Socialista terem fechado nenhum lar na Freguesia de Landeira, ao que lhe consta nunca houve um lar na Freguesia e, por várias vezes, o executivo tentou, com a Associação de Solidariedade Social local, para ser criada uma solução, o que parece ir para a frente muito em breve. Em relação ao posto médico e à falta de médicos, afirma que se houve alguém que lutou, defendeu e conseguiu soluções para voltar a haver médico na Landeira, foi precisamente o executivo da Junta de Freguesia de



Landeira, liderado pelo PS e também a Câmara Municipal, apesar de não ser sua competência, mas da ARS que não o fez. Em relação aos correios, refere que se perguntar à população de Landeira se prefere ter um serviço de correio na Freguesia, ou ter que ir fazer qualquer tipo de serviço a Águas de Moura ou a Pegões, não tem dúvidas de qual será a resposta das populações. Afirma que existe um grande pré-conceito à volta daquilo que é o serviço prestado às pessoas e o executivo sempre se focou no que é o mais importante. Afirma que não aceita alguns rótulos que são colocados aos eleitos do PS e que se diga que não fizeram nada, pois foi esse executivo que mais intervencionou de forma estrutural as questões mais importantes da Freguesia de Landeira.

Interveio o **Vereador Luís Matias**, perguntando se o executivo tem conhecimento do problema associado à falta de limpeza na envolvente dos ecopontos, após a sua recolha e quais as medidas que tem procurado implementar para a sua minimização. Pergunta ainda se o executivo tem equacionado alguma reavaliação dos ecopontos e da sua recolha, em termos estruturais e de rotas de recolha.

Tomou a palavra o **Presidente**, perguntando se o Vereador Luís Matias se refere aos ecopontos ou aos contentores, pois se é de ecopontos, a recolha não é feita pelo Município, mas sim pela GESAMB e apesar disso foi adquirida recentemente mais uma bateria de grande dimensão para Bombel, que é uma das zonas da cidade onde tem crescido mais a recolha de resíduos seletivos. Informa que, ao nível da recolha seletiva de resíduos, o plano que o Município está a desenvolver neste momento, até para a Freguesia de Landeira, passará por aproveitar essas baterias de ecopontos que se encontram nessa localidade, que passam a ter recolha porta a porta, cada uma no seu dia, e as referidas baterias poderão já reforçar algumas zonas de Vendas Novas, em função do crescimento populacional de cada uma dessas zonas. No que diz respeito especificamente aos contentores, informa que está renovado cerca de 10 % do parque de contentores do Município e foi triplicado o número de limpezas que é feita com recurso a lavagem mecânica dos contentores do Concelho de Vendas Novas. No entanto, refere que tem o registo de que muitas vezes há alguns resíduos que ao serem colocados nos contentores, caem para baixo dos mesmos, sendo estes recolhidos aquando da lavagem dos contentores, uma vez que não é possível no momento da sua recolha. Informa que o que já foi feito, foi pedir aos trabalhadores do Município que quando recolhem esse tipo de resíduos, retirem o contentor e limpem a envolvente de forma manual. Ao nível das rotas, o que tem sido feito, foi aumentar a eficácia e eficiência, ou seja, é feito um ajuste anualmente em função da produção.

O **Vereador Luís Matias** informa que se estava a referir a ecopontos, que a recolha é da parte da GESAMB, se existe efetivamente algum circuito que o Município possa fazer de



CR  
AD

acompanhamento, para que não se verifiquem estas situações.

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que os serviços de recolha manual, normalmente fazem também a recolha junto às baterias de ecopontos onde foram ficando deposições, sendo mais comum ser vidro e embalagem, o cartão só em algumas baterias específicas que estão devidamente assinaladas e essa situação tem vindo a reduzir desde que o Município implementou um programa de recolha seletiva para o comércio, em que há uma rota semanal que vai recolher o cartão, as embalagens e o vidro, a cada comerciante.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, perguntando o ponto de situação do Centro de Acolhimento de Refugiados. De seguida refere que ocorreu um acidente no designado por cruzamento do Ivo e segundo informação que lhe foi transmitida, os semáforos daquela zona não se encontravam a funcionar corretamente, perguntando se o Presidente tem conhecimento dessa situação e qual foi o motivo da avaria em questão.

Relativamente à visita aos Salesianos, o **Vice-Presidente** refere que o edifício se encontra como estava quando lá decorriam algumas atividades de ocupação de tempos livres, informando que a ideia é, durante o ano 2022, haver obras de reconversão e recuperação, essencialmente do primeiro andar. Afirma que o rés-do-chão está requalificado, tendo naturalmente de haver obras de adaptação porque cada uma das salas passará, previsivelmente, a ser um género de T0 e a parte do primeiro andar como não tem qualquer tipo de obras, terá de ser alvo de obras de requalificação das salas e da sua adaptação para locais de estadia. Haverá igualmente uma requalificação e recuperação dos edifícios do pátio interior, bem como das casas que se encontram naquele que é o parque de estacionamento para a igreja. Informa que essas casas serão recuperadas com a finalidade de serem escritórios, salas de reuniões e gabinetes, as do pátio interior servirão para alojar a lavandaria e espaços comuns, como a cozinha e o refeitório. Refere que está previsto que as referidas obras sejam concretizadas durante o ano 2022, não dependendo do Município, sendo que este não tem uma ação ativa, uma vez que é essencialmente entre o SEF e o Centro Jesuíta para os Refugiados. No entanto, o Município irá acompanhar todo o processo tendo em conta a previsão de serem instaladas 100 pessoas, com uma grande proporção de crianças e naturalmente estas serão integradas no sistema educativo e o Município, como entidade gestora das escolas, tem a obrigação de acompanhar esse acolhimento. De igual modo, como o Município representa a comunidade vendasnovense, também tem de saber em que moldes é que essa instalação será feita.

Relativamente aos semáforos do cruzamento do Ivo, o **Presidente** informa que não confirmou o motivo da avaria, mas sabe que o processo de contratação para a reparação já foi feito e aguarda-se que a empresa venha fazer a reparação o mais rápido possível.



## **2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.1 – Empreitada de Requalificação da Rede Viária**

Decorrido o procedimento para contratação da Empreitada de Requalificação da Rede Viária, submetem-se as peças do procedimento, as propostas apresentadas pelos concorrentes, o relatório preliminar e final, elaborados pelo júri do procedimento e as minutas de contrato a celebrar, a aprovação. A) Para o Lote 1, submete-se a adjudicação à empresa Construções Pragosa, S.A., no valor de 458.967,99 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6 %, sendo o prazo de execução da Empreitada de 210 dias. O adjudicatário deverá ser notificado para a necessidade de prestação da caução no valor de 22.948,40 €, nos termos previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 77.º do CCP. B) Para o Lote 2, submete-se a adjudicação à empresa Construções J.J.R. & Filhos, S.A., no valor de 454.933,22 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, sendo o prazo de execução da Empreitada de 270 dias. O adjudicatário deverá ser notificado para a necessidade de prestação da caução no valor de 22.746,66 €, nos termos previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 77.º do CCP; C) Para o Lote 3 não foram apresentadas propostas. D) Para o Lote 4, submete-se a adjudicação à empresa Construções J.J.R. & Filhos, S.A., no valor de 324.664,06 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6 %, sendo o prazo de execução da Empreitada de 60 dias. O adjudicatário deverá ser notificado para a necessidade de prestação da caução no valor de 16.233,20 €, nos termos previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 77.º do CCP.

Tomou a palavra o **Presidente**, apresentando o ponto em análise.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, afirmando que no mandato 2009-2013 o eleito do PS na Assembleia Municipal, Luís Dias, era o maior crítico da postura da Autarquia CDU, de ter integrado as Águas Públicas do Alentejo. Continua a achar que a solução Águas Públicas do Alentejo, foi a melhor para o Concelho e para o Distrito, garantindo que a água continua pública e que é assegurado um bom serviço às populações. Atualmente, o Luís Dias, hoje Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, continua a assumir as principais responsabilidades na AMGAP, tal como no mandato anterior. Um dos problemas que referiu anteriormente, foi a falta de água nos Nicolaus, um problema que também está previsto pelas Águas Públicas do Alentejo, mas que certamente necessitará de uma grande reivindicação por parte dos autarcas do Concelho de Vendas Novas junto das Águas Públicas do Alentejo, no qual o Presidente assume responsabilidades. Pergunta se posteriormente ao ser executada a obra de requalificação da rede de águas, não se irá danificar a obra que é adjudicada na presente reunião. Considera que ambas as obras são de extrema importância e irá votar



favoravelmente, mas não poderia deixar de colocar essa questão, que lhe parece importante. Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, afirmando que ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal tem realizado muito poucas obras ao nível da intervenção da rede viária, tendo sido pontuais e consequência disso é o estado deplorável a que chegaram muitas estradas do Concelho. Apesar de algumas dessas estradas virem a ser objeto de intervenção no âmbito da adjudicação que é proposta nesta reunião, muitas outras vão continuar nesse estado deplorável, como por exemplo, a Rua Almada Negreiros, as Ruas do Bairro António Sérgio e do Bairro 20 de Maio e a Rua 25 de Abril na Landeira. Aliás, circulando um pouco pela localidade de Landeira, poderá constatar-se um conjunto de situações ao nível da rede viária, que para além da segurança de quem nela circula, danifica também os veículos dos cidadãos que pagam os seus impostos para garantir que temos boas infraestruturas no nosso Município. Acrescente que existem também alguns desafios ao nível de pavimentação de vias dentro do perímetro urbano, que ainda hoje não se encontram pavimentadas, como no Bairro Vasco Gonçalves, na Rua Almada Negreiros, na Rua Bento Gonçalves, no Loteamento da Afeiteira, entre tantas outras situações que os vendasnovenses têm expectativa de ver resolvidas e que se vão arrastando ao longo do tempo. Afirma que, naturalmente, concordam com a intervenção agora proposta e irão votar favoravelmente a execução dos respetivos trabalhos, porém entendem que a gestão e a manutenção das infraestruturas rodoviárias, não pode funcionar a "balões de oxigénio", tem de funcionar de forma estruturada e planeada. Nesse sentido, entendem que é fundamental haver um plano de manutenção de médio e longo prazo, para se irem realizando intervenções ao longo do tempo e evitar que se chegue ao estado em que se encontram atualmente. Afirma que é fundamental que, para além desse plano ser colocado no papel, o mesmo seja cumprido. Pergunta quando será apresentado, na Câmara Municipal, um plano de manutenção de estradas devidamente estruturado e a médio e longo prazo. Pergunta se a intervenção que está prevista para o Lote 2, que é a estrada de Cabrela, é uma intervenção suficientemente profunda para garantir que os problemas que existem na referida estrada, que não são só superficiais, irão ser resolvidos.

Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que a questão do Vereador Tiago Aldeias, relativamente às águas, foi completamente desnecessária para o ponto em apreço. Em relação à questão do Vereador Ricardo, afirma que é estranho que um partido que diz que defende a baixa de impostos, defenda agora um plano de pavimentações que não o que se tem seguido, até com o PSD no primeiro mandato. Informa que, para os eleitos do Partido Socialista, que fizeram um plano plurianual de pavimentações no ano de 2014, que tem vindo a ser seguido até ao final do mandato anterior, afirmando que fizeram muito mais do que



alguma vez pensaram vir a fazer com a situação financeira do Município que encontraram. Hoje, não sendo um Presidente de Câmara resignado ou satisfeito por inteiro com o que está feito, afirma que é um Presidente orgulhoso daquilo que conseguiu. Refere que se, há oito anos atrás, lhe tivessem dito que iriam conseguir pavimentar a estrada da Afeiteira, a Rua Carlos Pacheco, a Rua de Timor, parte da 25 de Abril, parte da Rua de Vale Figueira, quase toda a ligação das Piçarras ao Alto do Distrito, a Entrada Norte de Landeira, a Rua da Paz e a General Humberto Delgado, nunca teria acreditado, porque não tinham dinheiro para isso. Afirma que efetivamente há muito trabalho a fazer e há sempre ruas a precisar, mas o plano plurianual de pavimentações que a Câmara Municipal tem vindo a seguir é criterioso em dois eixos fundamentais, o de intervencionar ruas com mobilidade condicionada, as designadas estradas de terra batida dentro do perímetro urbano, já tendo sido feitas algumas, a repavimentação daquelas, que tendo mais uso carecem de mais intervenção e, ainda, a pavimentação de estradas que permitam desvios e estratégias de trânsito diversificadas face às existentes. Dá o exemplo da Rua Carlos Pacheco que fez um desvio perfeito de tráfego de quem vem na Nacional para a Afeiteira ou dos Foros da Misericórdia. Refere, também, que na presente reunião está a ser aprovada uma adjudicação que vai ter efeito prático no ano de 2022, sendo que estas obras são execução em 2022 e não em 2021. Os primeiros seis meses serão para os serviços trabalharem na apresentação desse plano plurianual de pavimentações que incluirá a manutenção, ou seja, as repavimentações e as novas pavimentações das estradas municipais e conta que, até junho do próximo ano, possa estar pronto o novo plano plurianual de pavimentações, afirmando que este virá à Câmara Municipal, apesar de não ser necessário, porque se trata de um plano operacional da competência do eleito responsável pelo pelouro. Refere que o referido plano será estruturado em função da visão técnica da necessidade de manutenção, mas também das estratégias que estão a ser implementadas, porque o planeamento não é só repavimentar ruas, é feito também em função do desenvolvimento urbanístico que se pretende para a cidade e para o Concelho. Portanto, todos os planos que neste momento estão a ser desenhados, têm de entroncar nesta visão estratégica também ao nível da manutenção. Relativamente à estrada de Cabrela, informa que o que está proposto é a intervenção possível com o dinheiro que existe, sendo que foram já feitas inspeções, inclusivamente pela empresa projetista, aos pontões que atravessam aquele troço da estrada e em que será feita uma intervenção que vai, não só à repavimentação, mas também à camada de amortecimento da via. Acredita que irá ser realizada uma obra com a durabilidade semelhante aquela que ali está, sendo que se trata de uma zona complicada ao nível do subsolo. No que diz respeito à ligação entre a Landeira e os Nicolaus.



*Handwritten signature in blue ink.*

Interveio o **Engenheiro Nuno Lopes**, informando que não é incompatível, uma vez que toda a intervenção que será feita será do lado norte da estrada. Refere que o reservatório, à partida também ficará do lado poente da estrada dos Nicolaus, por isso não haverá nenhum atravessamento e incompatibilidade. É evidente que poderá haver algum ponto específico, mas não existe estudo atualmente, pelo que não é possível prever.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que a estratégia associada à redução de impostos não pode ser vista de uma forma redutora. Afirma que, obviamente, defende a redução de impostos, mas associada à mesma, há uma estratégia de atração de novas populações, de empresas, fixação das empresas que já cá estão e a respetiva dinamização, e tudo isso se traduz na redução da taxa, mas não necessariamente na redução da receita, ou seja, há formas de conseguir equilibrar as finanças municipais. Refere que quando o PSD integrou o executivo com o PS, entre 2013 e 2017, existia um plano de saneamento financeiro que asfixiava aquela que era a capacidade de investimento da Câmara Municipal e ainda assim, algumas coisas foram feitas. Afirma que o que está em causa, é que hoje os vendasnovenses pagam os seus impostos e têm os buracos à porta das suas casas e no circuito que fazem para as mesmas. Desconhece quais são as vias que irão ser pavimentadas a seguir às que estão propostas no presente ponto, mas considera que não é suficiente para aquelas que são as necessidades da população. É nesse sentido que pergunta se o executivo tem um plano para corrigir a situação existente e de que forma será executado. Se o Presidente diz que em junho de 2022 terá um próximo plano e que o mesmo dará resposta às necessidades existentes, aguardará por esse período, mas afirma que o que se encontra em vigor neste momento, se é que existe, é um plano que os Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro consideram insuficiente para aquelas que são as necessidades do Concelho de Vendas Novas e para o que as populações merecem.

O **Presidente** refere que também considera insuficiente, mas, como em tudo, há opções a serem tomadas, informando que todas as intervenções que estão a ser feitas é sempre em função de um orçamento disponível que não tem só a despesa associada a pavimentações e a estradas. Afirma que é claramente errado o prisma que o Vereador Ricardo Videira apresenta sobre a questão populacional, porque se mais população representa mais arrecadação de receita, também representa mais despesa. Não se associa perda de população a perda de receita, porque isso não aconteceu, ou seja, a Câmara Municipal de Vendas Novas, assume na presente data que a população que perdeu não representou perda de receita. Aliás, afirma que as receitas municipais são praticamente inalteradas há quase duas décadas. O que é lamentável é as receitas do Município de Vendas Novas serem poucas, levando a que praticamente haja um orçamento de gestão corrente. Eventualmente poderá dizer-se que



Vendas Novas perdeu eleitores, mas não perdeu assim tantos habitantes, foi até um dos Concelhos que mostrou alguma resiliência à perda de população, ao contrário da maioria dos Concelhos Alentejanos. Recentrando a questão na manutenção das vias, refere que a Câmara Municipal de Vendas Novas tem um orçamento e não pode desenhar estratégias com mais do que o orçamento que tem e, como em tudo existem opções a tomar que devem ser feitas não só com os políticos, mas sim em conjunto com os técnicos.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, não escondendo a sua frustração em relação à resposta do Presidente, porque a questão que coloca não se foca exclusivamente a estradas, mas aos próprios bairros, as ruas que levam à porta de casa das pessoas, onde muitos dos problemas já se arrastam há meses ou anos. Refere que ninguém falou da diminuição de eleitores, afirmando que uma questão é a decisão política, outra questão é o número de residentes no Concelho. Pede desculpa, mas afirma que o Presidente deu uma informação errada, pois no momento em que reduz um cidadão ao Concelho de Vendas Novas, que pague IRS, está automaticamente a perder receitas, porque o Município tributa em 5 % do referido imposto, havendo imediatamente a redução das receitas para o Município. Se o Presidente refere que as receitas do Município não reduziram ao longo dos últimos anos, afirma que deveriam ter aumentado, porque se se tivesse mantido o mesmo número de residente e não se tivessem perdido 600 residentes nos últimos 10 anos, hoje o orçamento municipal seria maior e existiria mais capacidade de investimento e isso é que deveria ser consensual entre todos os eleitos. Afirma que o seu objetivo é que as pessoas que vivem em Vendas Novas tenham qualidade de vida e que, sobretudo, se consiga manter o nível populacional com a nossa identidade e que se assegure o futuro da nossa comunidade tal como se conhece e não o contrário, os jovens do concelho, quanto mais qualificados forem, a saírem e o que pretende é que esses jovens voltem. Se essas pessoas vierem a Vendas Novas, cá consumirem e pagarem os seus impostos, as receitas do Município aumentam e não aceita que digam o contrário.

Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que o Vereador Ricardo Videira vai ter de aceitar porque tecnicamente continua errado. Refere que não é linear associar a diminuição de população à diminuição da receita, nem o contrário, ou seja, se aumentar a população não tem de aumentar a receita. Informa que a Câmara Municipal de Vendas Novas tem um orçamento deficitário em 60 %, ou seja, sem o Orçamento de Estado, que não depende das receitas diretas da população, a Câmara Municipal de Vendas Novas não subsistia. Pelo que afirma ser uma falácia técnica, falar em decréscimo da população e conseqüente decréscimo de receitas, e o Vereador tem de aceitar que isso seja dito. Esclarece que todos os eleitos querem que os jovens de Vendas Novas voltem e que os que residem em Vendas Novas se



20  
NR

sintam bem e tenham as melhores condições, só que com o orçamento que a Câmara Municipal tem, que é perto dos dez milhões de euros, o executivo não pode fazer tudo ao mesmo tempo, têm de ser definidas prioridades, quantificar e ver até onde o orçamento pode ir. Afirma que neste momento há um trabalho a ser desenvolvido, até ao nível do planeamento estratégico, cruzando vários planos municipais que estão neste momento em elaboração e para ser bem feito tudo leva o seu tempo. Assume desde já que o executivo está a elaborar o orçamento para o ano 2022, que muito em breve discutirá com a oposição e, nessa altura os Vereadores terão uma perceção realista daquele que é o orçamento da Câmara Municipal, pois é um orçamento pequeno demais para a ambição que todos os eleitos querem para Vendas Novas.

O **Vereador Ricardo Videira** afirma que o que os Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro fizeram foi questionar o Presidente relativamente ao plano, precisamente para que haja um compromisso com as pessoas para que as pavimentações sejam feitas. Sabem que não é possível pavimentar todas as ruas, mas também sabem que há um grande nível de insatisfação na comunidade em relação ao estado em que as ruas se encontram e que é importante procurar soluções para o resolver. Reafirma que o que pediram foi um plano, que seja público, que seja apresentado na reunião de Câmara Municipal e que seja um compromisso com os Vereadores. No entanto, mantém as suas observações em relação à receita, que foi a que se referiu apenas, afirmando que se existe mais população, a tendência é que haja mais receita.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, relativamente à Empreitada de Requalificação da Rede Viária: a) Adjudicar o Lote 1 à Empresa Construções Pragosa, S.A., pelo valor de 458.967,99 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6 % e aprovar a respetiva minuta de contrato; b) Adjudicar o Lote 2 à Empresa Construções J.J.R. & Filhos, S.A., pelo valor de 454.933,22 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, e aprovar a respetiva minuta de contrato; c) Adjudicar o Lote 4 à Empresa Construções J.J.R. & Filhos, S.A., no valor de 324.664,06 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, e aprovar a respetiva minuta de contrato; d) Não adjudicar o Lote 3, face à ausência de candidatos, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP.**

## **2.2 – Bolsas de Mérito 2020-2021**

**Doc. 112/2021**

Presente proposta para atribuição de bolsas de mérito aos melhores alunos do ensino secundário regular e profissional no ano letivo 2020-2021. Propõe-se a atribuição de oito



bolsas de mérito, no valor de 80 € cada.

Tomou a palavra o **Vice-Presidente**, procedendo à apresentação do ponto.

Interveio o **Vereador Luís Matias**, frisando que, à semelhança do que têm feito no passado, irão obviamente aprovar as bolsas de mérito propostas neste ponto por duas razões principais. Em primeiro lugar porque premeiam efetivamente o mérito dos alunos, que mostraram grande esforço e dedicação, que se traduziu nestes resultados e porque consideram fundamental incentivar uma área tão importante como o percurso académico e escolar, pelo que, qualquer medida deste género irá ter sempre a concordância dos Vereadores da Coligação Vendas Novas Primeiro. Ainda assim, consideram que este tipo de iniciativa poderá ir mais longe e deixam essa ressalva, premiando mais alunos ou consagrando um outro tipo de apoios na promoção do mérito, porque na sua ideia e conceção de comunidade e de sociedade, o mérito e a excelência devem ser sempre valorizados e incentivados.

O **Vereador Tiago Aldeias** informa que irá voltar favoravelmente, mas fazia falta a opinião técnica, pois sabe que o Município tem um grupo de trabalho de combate ao insucesso escolar e o que o preocupa é efetivamente isso, que se criem condições para os alunos que têm mais dificuldades económicas e de estudo, para que estes tenham melhores notas, para que haja apoios aos alunos que tenham mais dificuldades em ter boas notas. O que pretendia saber é até que ponto é que a medida agora apresentada incentiva os alunos a terem boas notas ou se não seria necessário apoiar mais os alunos que têm dificuldades e não tantos os que já têm boas notas.

Tomou a palavra o **Vice-Presidente**, concordando com o que foi referido pelo Vereador Tiago Aldeias, quando este diz que faz falta a versão técnica. Refere que a diferença entre bolsas de mérito e bolsas de ação social é relevante e também é relevante tentar-se perceber em que é que o Estado e as Entidades Públicas deverão apostar o seu financiamento. Informa que as bolsas de mérito têm a mais-valia de premiar o esforço que os alunos tiveram ao longo do ano letivo, para atingir os resultados conseguidos, referindo que, pessoalmente, não crê que daí advenha um especial incentivo ao estudo, por parte destes alunos, uma vez que os alunos com boas notas já se auto motivam para as atingir, podendo ter alguma motivação adicional por parte das suas famílias. Acha sim que é fundamental que ninguém no país e no Concelho de Vendas Novas deixe de estudar por falta de financiamento e de verbas por parte da sua família, considerando que a resposta deve ser dada enquanto sociedade coletiva, acima de tudo pelo Estado que faz o planeamento do sistema educativo a nível nacional e pensa que isso foi largamente conseguido nos últimos anos, por exemplo através da oferta de manuais escolares e nesse aspeto não pode tirar o mérito dessa medida à CDU que muito colaborou



*Handwritten signature in blue ink.*

com o Governo PS para atingir esse objetivo. Afirma que o executivo apoia com muita convicção que seja garantida a educação para todos. Por outro lado, refere que o combate ao insucesso escolar é algo que não é fácil de resolver, porque tanto pode resultar da falta de material, como pode resultar de questões socioeconómicas, nomeadamente familiares. Nesse sentido, ter-se-á de ter equipamentos não só ao nível de educação, para garantir um apoio às crianças desde o primeiro momento. Refere que para já não pode informar o Vereador Tiago Aldeias qual é a realidade do Concelho de Vendas Novas, sendo que o Município irá fazer, no âmbito da Carta Educativa, um estudo aprofundado de qual é a classificação socioeconómica para as famílias com maior incidência de insucesso escolar. Pretende-se tentar perceber também, em que fase do ciclo de estudos da vida académica, é que ocorre maior taxa de insucesso escolar e só depois de se ter esse estudo realizado e de se fazer esse diagnóstico aprofundado, é que se poderá planear novas medidas concretas para acompanhamento a estas crianças. Informa que a prioridade do executivo é que o acompanhamento seja tanto a nível material, como pedagógico e sobretudo ao nível psicológico, quando for necessário, e nesse aspeto o Município tem uma equipa que acompanha as crianças identificadas para tentar garantir o sucesso escolar das mesmas.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de oito bolsas de mérito aos melhores alunos do ensino secundário regular e profissional no ano letivo 2020-2021, no valor de 80 € cada.**

## **2.3 - Expediente**

### **2.3.1 – 21.ª Alteração ao Orçamento e PPI do ano 2021**

Presente, para apreciação e votação da Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 21.ª alteração ao orçamento e PPI do ano 2021. A alteração comporta alterações de 39.600 € nas despesas correntes e de 846.756,90 € nas despesas de capital. É alterado também o orçamento da receita de capital em 816.056,90 € e o orçamento da despesa do ano 2022 em 942.056,90 €.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Ricardo Videira, Luís Matias e os votos favoráveis do Vereador Tiago Aldeias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, aprovar a 21.ª Alteração ao Orçamento e PPI do ano 2021.**



### **2.3.2 – Apoio extraordinário para o Kirugui Clube de Taekwondo de Vendas Novas**

O Kirugui Clube de Taekwondo de Vendas Novas, através de e-mail, solicitou à Câmara Municipal de Vendas Novas um pedido de apoio extraordinário para aquisição de materiais para o seu espaço de treino. O clube em referência, desenvolve a prática da modalidade de taekwondo, no Concelho de Vendas Novas, enquadrando-se a mesma no plano de desenvolvimento desportivo do Concelho. O apoio solicitado, vai contribuir para melhorar o espaço físico da prática da modalidade e as condições técnicas das mesmas. O apoio solicitado traduz-se no seguinte: aquisição de um saco de boxe e respetivo suporte, o que equivale a um valor de 168,50€; aquisição de duas armaduras e quatro lâmpadas, o que equivale a um valor de 87,60€. O apoio total solicitado soma o valor de 256,10 €.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder um apoio extraordinário de 266,10 € ao Kirugui Clube de Taekwondo de Vendas Novas, para aquisição de materiais para o seu espaço de treino.**

### **2.3.3 - Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vendas Novas - Pedido de Isenção do Licenciamento e Licença do Ruído para a Corrida de S. Silvestre a realizar no dia 10 de dezembro de 2021**

Presente o pedido da Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vendas Novas, no qual solicitam a isenção do pagamento das licenças municipais para a realização da Corrida de S. Silvestre, a realizar no dia 10 de dezembro de 2021. Informa-se que para o referido evento deverá ser emitida a licença especial de ruído, a qual teria um custo de 19,37€ e o licenciamento para a realização de prova desportiva em lugares públicos ao ar livre, a qual teria um custo de 16,61€.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento da licença especial de ruído para a realização de uma prova desportiva, no valor de 19,37€ e da licença para a realização de prova desportiva em lugares públicos ao ar livre, no valor de 16,61€, à Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vendas Novas, para a realização da Corrida de S. Silvestre, a realizar no dia 10 de dezembro de 2021.**

### **2.3.4 - Resumo Diário da Tesouraria**

Presente o **resumo diário de tesouraria**, respeitante ao dia 29 de novembro, cujo saldo é de 2.000.752,28 €, correspondendo 1.789.603,98 € a dotações orçamentais e 211.148,30 € a



LR  
NDD

dotações não orçamentais.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**Obras – Licenciamento**

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/26**, em nome de **Custódio Alexandrino Gomes**  
- Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Reabilitação de uma moradia para 3 fogos em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de Arquitetura a 2021/07/21. Foram entregues os projetos de Especialidades acompanhados dos respetivos Termos de Responsabilidade a 01/09/2021.  
**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de licenciamento, ao abrigo do artigo 23.º do RJUE, do Processo n.º 450.10.204.03/2021/26, em nome de Custódio Alexandrino Gomes, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5524).**
- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/56**, em nome de **Pedro Miguel Rodrigues das Neves e outra** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Reconstrução da cobertura da moradia existente, construção de uma piscina e legalização de um anexo em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de Arquitetura a 2021/09/17. Foram entregues os projetos de Especialidades acompanhados dos respetivos Termos de Responsabilidade a 05/11/2021.  
**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de licenciamento, ao abrigo do artigo 23.º do RJUE, do Processo n.º 450.10.204.03/2021/56, em nome de Pedro Miguel Rodrigues das Neves e outra, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5573).**
- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/21**, em nome de **José Manuel Valadas Palhavã Cristóvão** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Reabilitação de uma habitação para 2 fogos e legalização de áreas, a levar a efeito em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de Arquitetura a 2021/04/23. Foram entregues os projetos de Especialidades acompanhados dos respetivos Termos de



Responsabilidade a 16/11/2021.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de licenciamento, ao abrigo do artigo 23.º do RJUE, do Processo n.º 450.10.204.03/2021/21, em nome de José Manuel Valadas Palhavã Cristóvão, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5731).**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/60**, em nome de **Jerónimo António de Oliveira** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido do Projeto de Legalização de parte de uma moradia unifamiliar de 2 pisos em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de legalização entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o RMEU de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de legalização do Processo n.º 450.10.204.03/2021/60, em nome de Jerónimo António de Oliveira, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5514), devendo ser levantado o respetivo auto.**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/76**, em nome de **António José Herreira Esteves e outro** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Legalização de áreas em 2 habitações e anexo em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de legalização entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o RMEU de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de legalização do Processo n.º 450.10.204.03/2021/76, em nome de António José Herreira Esteves e outro, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5606), devendo ser levantado o respetivo auto.**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/93**, em nome de **Vivaldo Manuel Ferro Martinho** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Licenciamento para uma Construção de uma moradia unifamiliar de R/Chão e muro de vedação em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de Arquitetura entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de**



**arquitetura do Processo n.º 450.10.204.03/2021/93, em nome de Vivaldo Manuel Ferro Martinho, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5724).**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/86**, em nome de **Mariana Mayer Raposo** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Licenciamento para uma Moradia Unifamiliar localizada em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de Arquitetura entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas, Loteamento Municipal da Afeiteira de 2009 e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura do Processo n.º 450.10.204.03/2021/86, em nome de Mariana Mayer Raposo, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5617).**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/106**, em nome de **Fumitech, Lda** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de alteração de um armazém de produtos fitofarmacêuticos em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de Arquitetura entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura do Processo n.º 450.10.204.03/2021/106, em nome de Fumitech, Lda, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5738).**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/75**, em nome de **Davide Rosado Piteira** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Construção de uma moradia unifamiliar de r/chão e muros de vedação, em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de Arquitetura entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura do Processo n.º 450.10.204.03/2021/75, em nome de Davide Rosado Piteira, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/5796).**



### **3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público**

Interveio o **Sr. José Martinho**, informando que tem consigo uma fatura sua de água, em que pagou 64,13 € de água, paga 28,20€ de taxa de saneamento, serviço que não existe e que faz muita falta, e depois uma taxa de RSU, no valor de 30,82 € e esta não acha justa porque se trata da recolha de lixo, considerando que deveria haver uma taxa fixa. Pergunta para quando se prevê o início da campanha de recolha de lixo por sacos de plástico, que irá passar a ser obrigatória, porque se isso acontecesse tornar-se-ia desnecessária a sua reivindicação da existência de uma taxa de RSU fixa.

Tomou a palavra o **Sr. João Sá**, perguntando se existe alguma legislação sobre a venda ambulante na Freguesia de Landeira, porque lendo o Boletim Municipal verifica que o Município tem vontade de ajudar o comércio local. Mas depois ao ver a venda ambulante, quase de porta a porta, fica a pensar que o Município está a dar com uma mão, mas tira com a outra.

Em relação à questão colocada pelo Sr. José Martinho, o **Presidente** refere que os Nicolaus, é dos poucos sítios em que, não havendo esgotos, nem saneamento, o Município faz a recolha em articulação com a Junta de Freguesia de Landeira, da limpeza das fossas. Essa recolha do saneamento, uma vez que não há pagamento da limpeza da fossa, é apenas à fatura da água, de acordo com os regulamentos em vigor da própria ERSAR, que é a entidade reguladora desse sistema. Informa que efetivamente a ambição do executivo, é criar um pouco mais de justiça, nesta questão tarifária, porque em 98 % dos Concelhos do nosso país, a realidade é a mesma que em Vendas Novas, que é a indexação dos resíduos ao consumo de água, o que não é justo. Afirma que a situação que irá clarificar isso, é de facto esse projeto que o executivo quer lançar já no ano 2022, que é a recolha seletiva porta a porta, e, a Freguesia de Landeira foi escolhida pela Câmara Municipal como a Freguesia piloto, uma vez que a dimensão da Freguesia e o facto de estar concentrada em dois aglomerados populacionais, permite fazer um estudo "com pés e cabeça", para a aplicação desse processo, que é diferente, mas que é muito mais justo. Relativamente à questão colocada pelo Sr. João Sá, dá a palavra ao Vice-Presidente, que é quem tem o pelouro do licenciamento e da venda ambulante.

Tomou a palavra o **Vice-Presidente**, informando que existe um regulamento que enquadra a venda ambulante a ser exercida no Município e o mesmo tem as regras concretas, que cada comerciante deve praticar e verificar na sua atividade. Refere que se houver algum indício de que um determinado comerciante de venda ambulante não está a cumprir com o



LA  
AD

regulamento, ou não tem licenciamento, isso deverá ser comunicado às autoridades competentes. No entanto, o Município por apoiar o comércio local, não quer dizer que inviabilize a concorrência entre vários tipos de concorrentes. Nesse sentido, informa que o Município de Vendas Novas é um Município aberto a todo o tipo de comerciantes, sejam os que se encontram em instalações permanentes, ou os da venda ambulante e isso verifica-se até porque Vendas Novas tem um mercado mensal que tem muitos comerciantes de fora de Vendas Novas e também muitos comerciantes de Vendas Novas vão vender fora do Concelho. O executivo considera que a concorrência deve ser livre e é saudável, voltando a sublinhar que se o munícipe achar que há determinado vendedor que não está a cumprir com o regulamento em vigor, que é público, deverá transmitir às entidades competentes, entre as quais, o Município, que é quem licencia.

O **Presidente** sugere que o Sr. João Sá, esclareça esta ou outras dúvidas, nomeadamente sobre o regulamento em questão, num dos atendimentos que é feito na Landeira, à terceira quinta-feira de cada mês.

Interveio a **Sr.ª Mariana Malheiro**, informando que reside na Landeira desde fevereiro e tem tido alguns problemas relativamente ao horário da recolha de lixo, pois reside em frente a três contentores e pediu para que a recolha fosse feita um pouco mais tarde porque era feita cerca das 5 horas da manhã. A Câmara Municipal atrasou o horário para perto das 7 horas da manhã, mas no dia anterior, as viaturas de recolha de lixo passaram perto das 4 da manhã. Pergunta se esse horário irá manter-se, pois se assim for será preferível retirarem os contentores dos sítios, porque acorda com essa recolha e em termos de lei, existe a lei do ruído das 11 da noite às 7 da manhã. Uma outra preocupação sua são as árvores que estão à volta da sua casa, que sujam tudo à volta e dificultam a circulação dos peões nos passeios e, além disso atraem vespas de 3 cm. Informa que vem de Lisboa e há outras coisas a que está habituada, sabendo que quando há autoestradas, as Câmaras ou as Juntas pedem para serem colocadas barreiras de som, sendo apenas necessário enviar um *email* ou uma carta à Brisa ou à Via Verde a solicitar a referida colocação. Informa que já enviou esse mesmo pedido, mas o mesmo seria mais facilmente e rapidamente atendido.

Em relação à recolha do lixo, o **Presidente** refere que os serviços tentaram reajustar o horário e irá tentar perceber o que se passou, afirmando que por vezes também não é fácil, porque as equipas têm rotas definidas. Relativamente às vespas nas árvores, compreende e sabe que é diferente de Lisboa, mas não pode fazer nada, pois no campo há essa biodiversidade e é isso que é bom que exista nas nossas ruas. No que diz respeito à mobilidade, compreende e é por essa razão que já foi iniciado um trabalho de requalificação dos passeios, com um tipo de material mais direito, com as caldeiras de forma diferente e até



com outro tipo de árvores. Sobre a questão das barreiras de som para a autoestrada, afirma que nunca tinha ouvido ninguém da Landeira a dizer que ouvia o barulho dos carros na autoestrada e irá averiguar junto da Brisa para ver o que se passa.

Interveio o **Sr. Azevedo Serôdio**, referindo que atualmente os serviços clínicos da Landeira anda à deriva e tem pena que assim seja, pois existiam serviços de qualidade e fazem muita falta. Considera, também, que a Landeira não é uma localidade democrática, nomeadamente ao nível dos impostos e contribuições.

#### **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

#### **FORMA DE VOTAÇÃO**

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.

#### **CONCLUSÃO DA ACTA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 17 H 05 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias, e por mim, Helena Alcácer, na qualidade de secretária da reunião, que a lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2021.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**A Assistente Técnica**

Vendas Novas, 30 de novembro de 2021



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, **por unanimidade**, na reunião realizada em **11/01/2022**.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Chefe da DAF**



vendas novas

era uma vez uma princesa ..

N.º Registo: INT\_CMVN/2021/5737

N.º Processo: 150.10.701.01/2021/25

Data: 19-11-2021

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Reunião de Câmara de 30 de novembro de 2021

<b>Serviço:</b>	Educação		
<b>Assunto:</b>	Bolsas de Mérito 2020-2021		
<b>Resumo:</b>	Presente proposta para atribuição de bolsas de mérito aos melhores alunos do ensino secundário regular e profissional no ano letivo 2020-2021.		
<b>Requerente:</b>			
<b>Proposta de Deliberação:</b>	Aprovação		
<b>Nº Trabalhador</b>	4447	<b>Assinatura:</b>	<i>Helena Ferreira</i>

### Documentos Anexos:

<input checked="" type="checkbox"/>	Informação:	
<input type="checkbox"/>	Outros	

\*Preencher os campos aplicáveis

### DESPACHO

<b>Despacho:</b>	À reunião de Câmara		
<b>Eleito:</b>	VP		
<b>Data:</b>	23/11/21	<b>Assinatura:</b>	<i>Valentim Heul</i>

### DELIBERAÇÃO

Aprovada por unanimidade.	
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
30/11/21	



## INFORMAÇÃO

<b>Serviço:</b>	Educação		
<b>Trabalhador:</b>	Helena Ferreira	<b>N.º</b>	4447
<b>Dirigida a:</b>	Câmara Municipal		
<b>Assunto:</b>	Bolsas de mérito 2020-2021		

### Documentos Anexos:



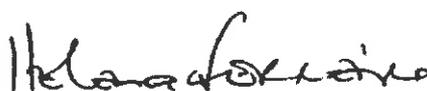
À semelhança dos anos anteriores, o Município de Vendas Novas irá atribuir bolsas de mérito aos melhores alunos do ensino secundário, regular e profissional, no ano letivo 2020-2021.

Esta medida irá abranger 9 alunos da Escola Secundária de Vendas Novas e da Associação Técnico-Profissional D. Carlos I, conforme quadro abaixo:

Nome	Est. de ensino	Ano	Tipo
Mariana Pinto Fidalgo	Ass. Técnico Profissional D. Carlos I	1º	Profissional
António Maria Cabral Eloy Prazeres	Ass. Técnico Profissional D. Carlos I	2º	Profissional
Carolina Martins Telha	Escola Secundária de Vendas Novas	10º	Regular
Matilde Patarra Seródio	Escola Secundária de Vendas Novas	10º	Regular
Manuel Abrantes	Escola Secundária de Vendas Novas	11º	Regular
Margarida Romão da Costa	Escola Secundária de Vendas Novas	12º	Regular
Pedro Miguel da Silva Lourenço	Escola Secundária de Vendas Novas	10º	Profissional
Edmundo Miguel Gonçalves Félix	Escola Secundária de Vendas Novas	11º	Profissional
Lara Raquel Santos Coelho	Escola Secundária de Vendas Novas	12º	Profissional

O valor total a atribuir é de 720€, correspondendo 80€ a cada aluno.

Município de Vendas Novas,



(Assinatura)